

A NOTÍCIA

Teca Nelma pede segurança especial após embate com vereador Fábio Costa

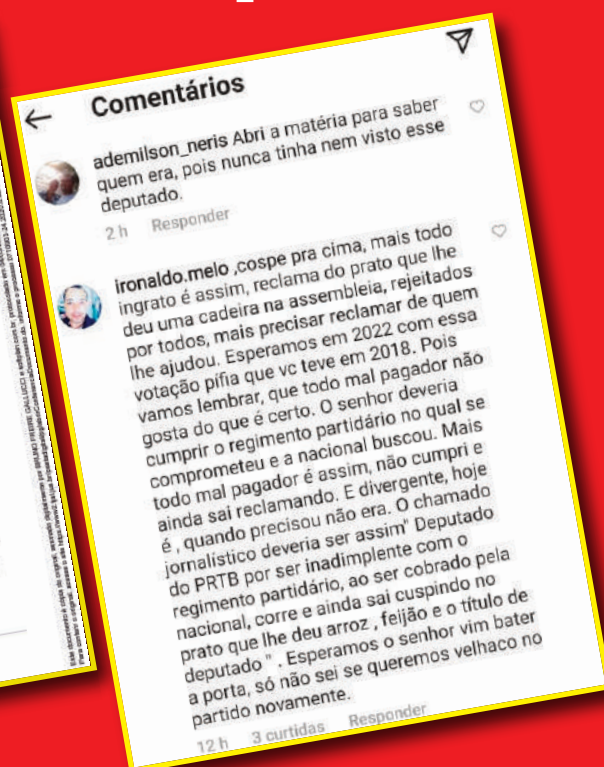
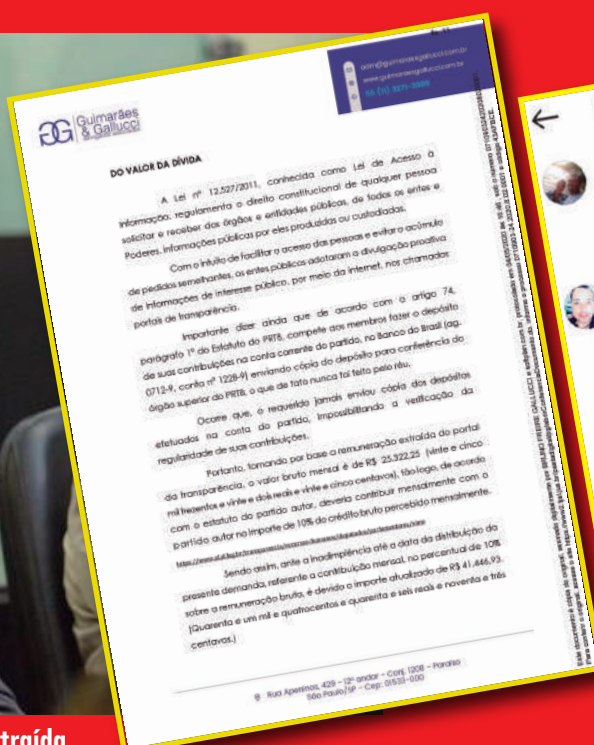


TRAÍRA E VELHACO

Breno Albuquerque usa PRTB para se eleger, dá calote e "vaza" do partido



Deputado anunciou desligamento nesta semana; sigla se sentiu traída



BOLSONARO NA BERLINDA

Ministra rejeita pedido da PGR para sustar notícia-crime até fim da CPI

'Collor renunciou e Dilma foi cassada por muito menos', diz Otto Alencar



Renan Calheiros diz que governo usou a PF para proteger sócio de empresa suspeita

Arthur Lira chama CPI da Covid de imparcial e revolta bolsonaristas

PERDEU!

Presidente da Câmara fracassa e STF mantém outorga do saneamento com o Estado





JUSTIÇA

A Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE/AL) aprovou, em 2º turno, nesta quinta-feira (1º), o projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) que altera a competência material da 30ª Vara Cível da Capital. Sendo sancionada pelo governador Renan Filho, a unidade deixa de ser Fazenda Pública e Juizado Especial da Fazenda Pública Adjunto - Saúde Pública e passa a Cível Residual. O projeto de lei tem como objetivo de dar mais celeridade aos julgamentos de processos referentes a saúde, que serão redistribuídos para as varas 14ª Vara Cível da Capital - Fazenda Municipal, da 16ª Vara Cível da Capital - Fazenda Estadual, da 17ª Vara Cível da Capital - Fazenda Estadual, da 18ª Vara Cível da Capital - Fazenda Estadual e da 31ª Vara Cível da Capital - Fazenda Pública Estadual e Juizado Especial Adjunto da Fazenda Pública.

DEU NA CARTA CAPITAL

“Bolsonaro enlameia tudo por onde passa, espalhando baixaria, truculência e falta de educação. Vai demorar até que o Brasil se livre do que ele e seu bando largaram em nossa sociedade. Foi através de um impeachment que o ex-capitão chegou onde está. O caminho até o Planalto e ao poder de desmoralização que hoje tem (e exerce na plenitude) abriu-se com a deposição de Dilma Rousseff. A mesma maquinação que derrubou a petista fez nascer Bolsonaro. Aquele é o exemplo mais evidente, em nossa história, de um tiro pela culatra. A justificativa “técnica” para o impeachment, das pedaladas fiscais, era ridícula. A “real”, de que seu governo era desastroso e levava o País à instabilidade, sempre foi hipocrisia, pois os problemas que enfrentava resultavam, em sua maioria, da ação dos adversários. Quem duvidar, que se lembre das “pautas bomba” na Câmara, monstros legistas desenhados para atrapalhar o Executivo e desorganizar as finanças públicas. Seu principal executor? Um presidente da Casa Legislativa interessado em dinamitá-la e continuar com as suas negociatas. E ainda houve beócios que foram se manifestar contra Dilma carregando faixas “Somos todos Eduardo Cunha”. Autor: Marcos Coimbra.

APOSENTADORIA

Por unanimidade de votos, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou nesta quinta-feira, 1º, o projeto de lei complementar nº 85/2021, que extingue a contribuição de 14% para os servidores públicos aposentados e pensionistas que recebem abaixo do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. A proposição, que conta com uma emenda do deputado Bruno Toledo (PROS), retroagindo a extinção desta contribuição para 1º de junho de 2021, foi apreciada em segundo e último turno e será agora encaminhada ao governador do Estado para ser sancionada. O Projeto de Lei Complementar votado hoje altera as leis complementares estaduais n 44, de 13 de junho de 2017, e n 52, de 30 de dezembro de 2019, para instituir o benefício especial para servidores anteriores à criação do regime de previdência complementar e autorizar a Alagoas Previdência aos fins que menciona, e dá outras providências. Ao todo, 21 deputados estiveram presentes na sessão de hoje, onde discutiram e votaram mais 14 matérias.

CHICO TENÓRIO

A proposta de uma lei de iniciativa popular proibindo a circulação de carroças com tração animal em Maceió, sob o pretexto de evitar maus-tratos aos animais, voltou a ser alvo de críticas por parte do deputado Francisco Tenório (PMN) durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 1º de julho. O parlamentar informou que recebeu em seu gabinete uma comissão de carroceiros aflitos com as ações desenvolvidas pelo delegado de Polícia Civil, Leonan Pinheiro, proponente do projeto de lei popular, através de um abaixo-assinado na internet. "Eles apresentaram vários vídeos de pessoas que estão com medo de serem abordadas por ele (Leonan). Em uma das imagens aparece o delegado e outra policial abordando um carroceiro e exigindo determinado comportamento para o qual ele nunca recebeu orientação", conta Tenório.

Trair é tradição



EDITORIAL

Saber sair e entrar nos lugares é fundamental para uma convivência digna. Isso também deveria acontecer na política, mas não é o que ocorre. Nesta semana, o deputado estadual Breno Albuquerque anunciou a sua saída do PRTB. O fato não pegou o partido de surpresa. Desde o ano passado, a sigla tenta cobrar uma dívida do deputado no valor de R\$ 41 mil. O PRTB fez investimentos na candidatura do parlamentar, que garantiu um cargo na Assembleia.

Depois, sequer passou a contribuição partidária, que é garantida por lei. Para alguns políticos, traição é tradição. Breno saiu do partido batendo a porta acusando o primeiro que encontrou na frente por divergências. Se a tradição é trair, Albuquerque começou bem sua carreira. Ele é filho de Dudu



Albuquerque, ex-deputado que tem extensa ficha na justiça.

Em 2017, o ex-parlamentar foi ouvido na sede da Polícia Federal (PF) para prestar esclarecimentos sobre a suspeita de participação em um esquema criminoso que desviou mais de R\$ 150 milhões de recursos da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE-AL). Após prestar depoimento, ele alegou ser inocente.

No Tribunal de Justiça,

Dudu Albuquerque foi acusado de praticar corrupção ativa, por oferecer 100 mil reais a um Agente de Polícia Civil (PC), para que seu primo-irmão, Carlos Albuquerque, indiciado pelo crime de homicídio, fosse beneficiado nas investigações, e depois ainda prometer mais 50 mil para que não tivesse a prisão do primo decretada.

Dá para ver que Breno Albuquerque pode ir bem longe, se seguir os passos do pai.



ARTIGO

Os Economistas (IV)

A ideia de que todas as melhores análises marxistas foram tradicionalmente análise do fracasso, brotaram do filósofo esloveno Slavoj Žižek - nos idos de 2008. Da previsão do fracasso do capitalismo, nasceu a Globalização Econômica, que ampliou o papel do capital no mundo dos negócios.

Karl Heinrich Marx (1818-1883), coincidentemente, no ano de sua morte em prol da humanidade, surgiu a teoria do lorde inglês Keynes que, por sua vez, salvou o mundo da Depressão Econômica na década de 30. E, portanto, salvou as nações do desemprego em massa, protegendo empresas e bancos.

O filósofo e economista alemão, contou com o apoio de seu grande amigo Friedrich Engels, que o ajudou a pensar, bem como, o salvou de não morrer de fome: Marx, filhos e mulher. Ideologia que a manteve até às vésperas de sua morte à míngua.

Nesta época, Marx teria vislumbrado a noção da mais-valia, ou

seja, das horas trabalhadas não remuneradas e, portanto, apropriadas pelo capitalista. Sua postura política nesse período era de um liberal radical. A adesão ao socialismo viria a ocorrer em Paris, onde se exilou após o fechamento do Rheinische Zeitung (Gazeta Renana) pelo governo prussiano.

Sob a influência do materialismo de Feurbach, rompeu com o idealismo de Hegel e procurou fundamentar a análise do Estado e do direito na autonomia da sociedade civil, isto é, nas relações sociais concretas. Na obra: A Ideologia Alemã - 1845-46, foi exposta pela primeira vez por Marx e Engels a concepção materialista do desenvolvimento da sociedade, em que analisam criticamente a filosofia hegeliana e elaboraram uma nova periodização da história, baseada na revolução dialética da economia.

Marx, aceitou e incorporou a seu pensamento a teoria do valor-trabalho de Ricardo. No ano de 1847, ambos escreveram O Manifesto

Comunista, espécie de programa e carta de princípios da liga dos comunistas, organização revolucionária que os dois amigos ajudaram a fundar. Como o periódico tornou-se notório, fora fruto da imaginação desse irado gênio Karl Marx.

Já pensou se a China continental mantivesse o comunismo? Como iria sustentar um bilhão e 400 milhões de pessoas? Certamente com uma economia artesanal. Em 1850, veio à luz - A Luta de Classes, em 1852; o Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. Em ambas as obras, o método do materialismo histórico recém-criado foi posto à prova na interpretação de acontecimentos da atualidade imediata.

Em 1867, surgiu, na Alemanha, a tarefa prioritária a versão de O Capital. Deixando-o eufórico, com sua imaginação fértil de pensamento contrário ao capital. Dizem os biógrafos que sua mãe dissera: “Meu filho, porque você não cria seu próprio capital ao invés de persegui-lo”.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

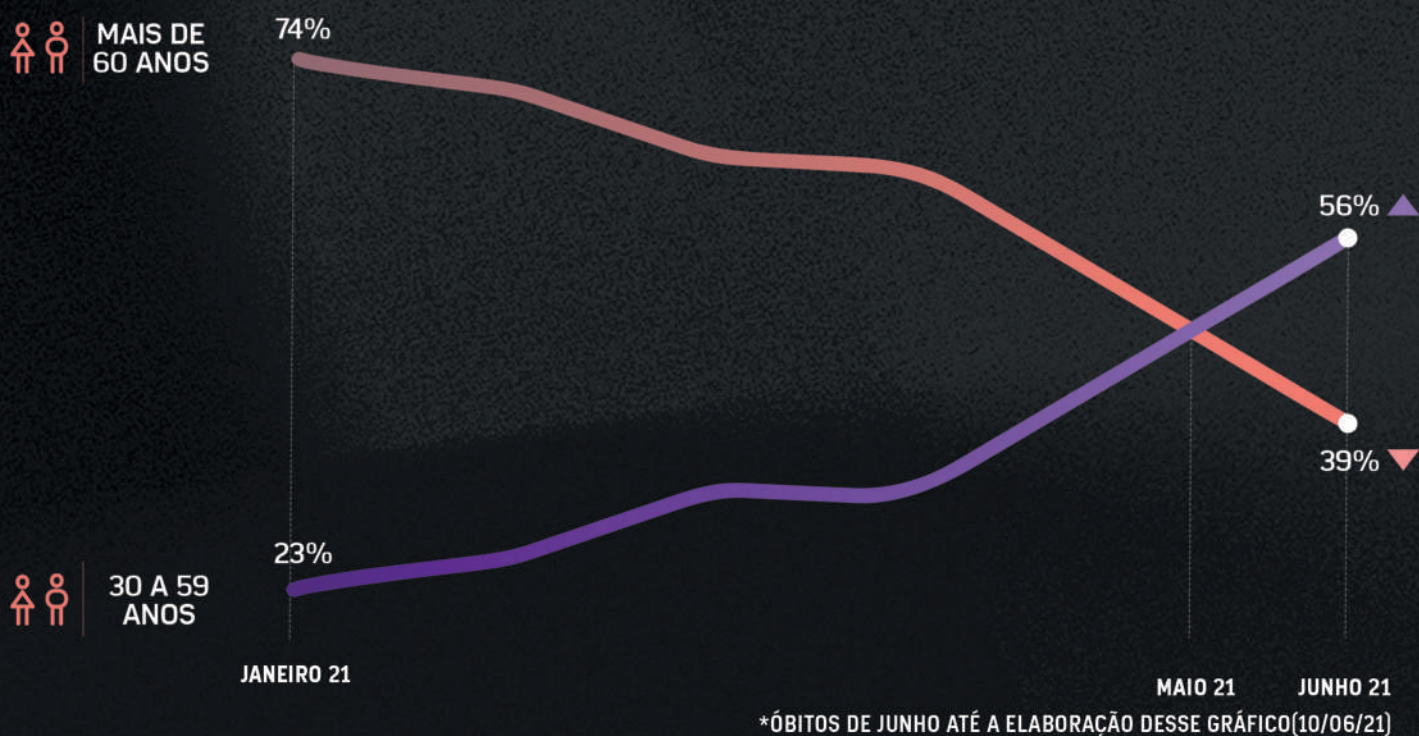
O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió - AL - CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

ALERTA

AOS MAIS JOVENS.

A COVID NÃO ESCOLHE IDADE.



Os números gritam por cuidado. Em janeiro deste ano, **74%** das mortes por **COVID-19**, em Alagoas eram de pessoas com mais de **60 anos**. Esse percentual caiu e está em **39%**. Mas para nossa tristeza, hoje de cada **100 pessoas** que morrem por COVID-19 e suas complicações, 56 são jovens com idade de **30 a 59 anos**. Cuide-se. Por você, pela sua família e por todos. A COVID não escolhe idade.

USE MÁSCARA.
EVITE AGLOMERAÇÕES.
VACINE-SE ASSIM QUE CHEGAR A SUA VEZ.

Deputado anunciou desligamento nesta semana; sigla se sentiu traída

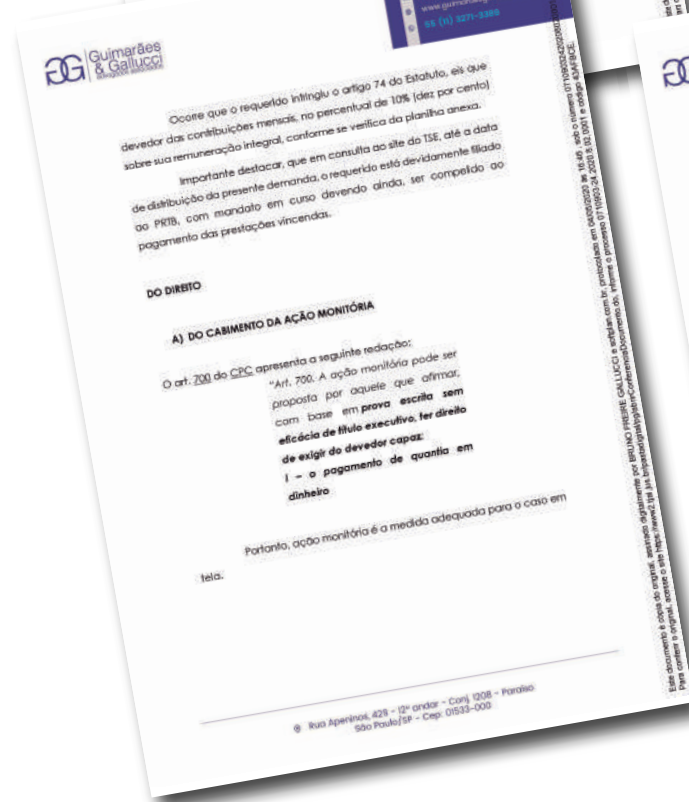
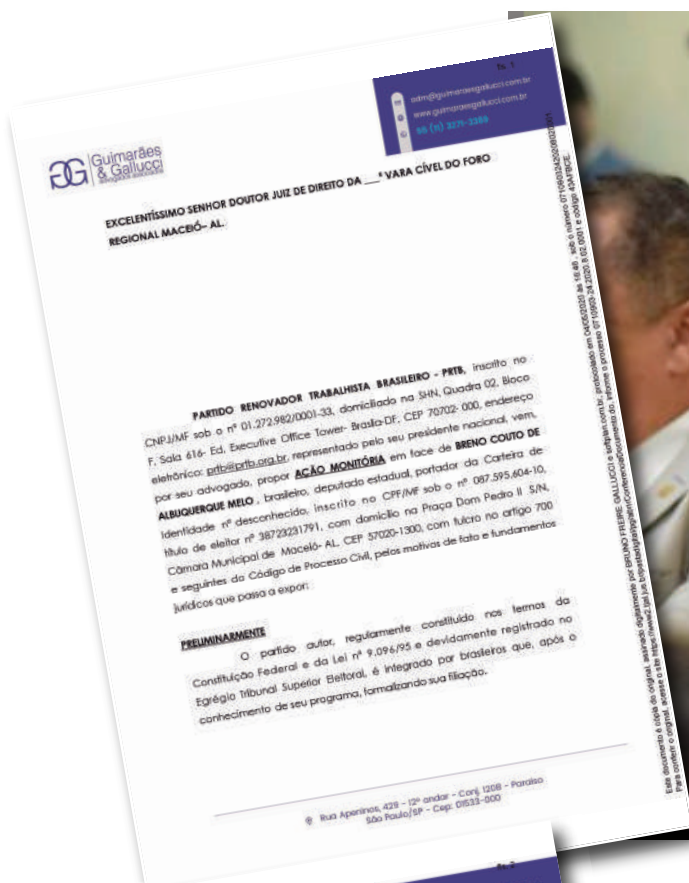
Breno Albuquerque usa PRTB para se eleger, dá calote e "vaza" do partido

O deputado estadual Breno Albuquerque anunciou na quinta-feira, 1, sua saída do PRTB. Nas redes sociais, o parlamentar comentou sobre o discurso realizado na Assembleia Legislativa. "Falei em plenário sobre a minha saída do PRTB. Mencionei algumas divergências e confirmei que o processo de desligamento com o partido foi transitado em julgado no TSE. Felizmente agora estou apto a mudar de partido". Felicidade para alguns, infelicidade para os outros. A antiga direção do PRTB em Alagoas vê o desligamento do deputado como uma atitude de ingratidão, pois o deputado recebeu na eleição de 2018 a importância de R\$ 42 mil do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha).

Já o Diretório Nacional do PRTB, cujo presidente era Levy Fidelix, ingressou com uma ação de cobrança contra o parlamentar o acusando de "calote" no valor de R\$ 41 mil, dinheiro que deveria ser repassado ao partido em forma de contribuição partidária, fato que não teria acontecido. A ação não é recente e foi encaminhada à Justiça no dia 4 de maio do ano passado. Segundo o partido, "Albuquerque filiou-se à sigla aceitando o programa e as regras do estatuto, externando de forma livre e espontânea sua vontade em 06/10/2017".

Segundo Ironaldo Melo, ex-tesoureiro do PRTB: "ao filiar-se à legenda o requerido anuiu com todas as regras do Estatuto do PRTB e ratificou sua anuência quando subcreveu ainda o Termo de Responsabilidade e Fidelidade, reforçando as disposições contidas nos artigos 74 e 85 do Estatuto, que definem o pagamento contribuição e de multa no caso de desfiliação".

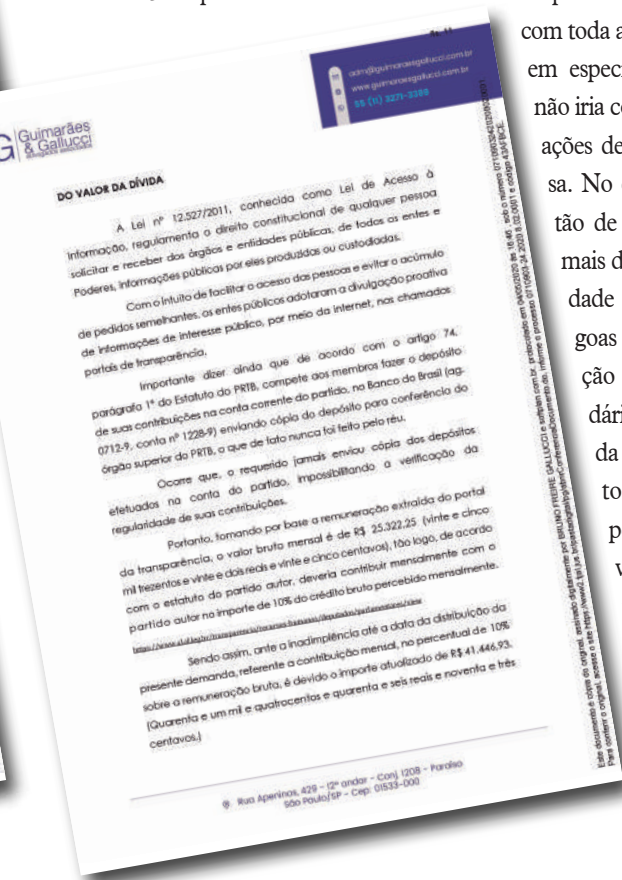
A denúncia informou ainda que "o requerido infringiu o artigo 74 do Estatuto, eis que devedor das contribuições mensais, no percentual de 10% (dez por cento) sobre sua remuneração integral. Importante destacar, que em consulta ao site do TSE, até a data de distribuição da presente demanda, o requerido está devidamente filiado ao PRTB, com mandato em curso devendo ainda, ser compelido ao pagamento das prestações vincendas".



E o PRTB chegou a estipular um valor: "Sendo assim, ante a inadimplência até a data da distribuição da presente demanda, referente a contribuição mensal, no percentual de 10% sobre a remuneração bruta, é devido o importe atualizado de R\$ 41.446,93". Vale destacar que não é o valor corrigido, uma vez que a ação tramita há mais de um ano. O PRTB, nas eleições de 2018, informou que contribuiu intensamente com a campanha do deputado. Relatório financeiro revela que foi doada a quantia de R\$ 42 mil ao candidato à época.

Ainda segundo Ironaldo Melo, toda a sigla acreditou no nome de Breno Albuquerque e que nunca teve nenhum problema pessoal com o parlamentar. Tanto é, que segundo o ex-presidente estadual da sigla Adeilson Bezerra, o presidente nacional do PRTB, na época, Levy Fidelix, também recebeu boas referências do candidato, que é filho de Dudu Albuquerque. "Não houve divergência alguma entre a gente, diferentemente do que tem se falado na imprensa", disse Bezerra à reportagem.

Bezerra enfatizou ainda que sempre manteve boa relação com toda a família do Breno, em especial seu pai e que não iria comentar as declarações de Breno à imprensa. No entanto, fez questão de registrar que tem mais de 30 anos de atividade política em Alagoas e que a construção de grupo partidário se dá em virtude da credibilidade junto à comunidade política e que novamente vai contribuir para a oxigenação da Assembleia Legislativa e Câmara Federal.



VACINAR É PROTEGER PROTEJA QUEM VOCÊ AMA.

SÃO OS ÚLTIMOS DIAS, MAS AINDA DÁ
TEMPO DE VOCÊ SE VACINAR CONTRA
A GRIPE (INFLUENZA).

DE 02 A 09 DE JULHO

CAMPANHA DE
VACINAÇÃO

H1N1



ONDE SE VACINAR?

SHOPPINGS

- Maceió Shopping
 - Pátio Shopping
 - Parque Shopping
- TODOS OS DIAS,
DAS 14H ÀS 20H**

MERCADOS E FEIRAS

- Mercado do Artesanato
 - Feirinha do Tabuleiro
- TODOS OS DIAS,
DAS 9H ÀS 16H**

CENTRO

- Calçadão do Comércio
- DAS 9H ÀS 16H,
EXCETO DOMINGO**

QUEM DEVE SE VACINAR?

Crianças de 6 meses a menores de 6 anos (5 anos, 11 meses e 29 dias) |
Trabalhadores da Saúde | Gestantes | Puérperas de até 45 dias pós parto |
Idosos | Professores de Escolas Públicas e Privadas | Comorbidades | Pessoas
com Deficiência permanente | Caminhoneiros | Trabalhadores de
Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros Urbanos e Longo curso |
Trabalhadores Portuários | Forças Armadas.

ORIENTAÇÃO IMPORTANTE - O intervalo recomendado para aplicação
entre as vacinas Influenza e Covid-19 é de 14 dias.



ESCÂNDALO DA VACINA

A manifestação do senador alagoano gerou discussão na CPI da Covid

Renan diz que governo usou a PF para proteger sócio de empresa suspeita

O relator da CPI da Pandemia, senador Renan Calheiros (MDB-AL), levantou suspeita na quinta-feira (1º) sobre uma possível participação do governo no habeas corpus concedido ao dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano. Segundo Renan, o empresário entrou com habeas corpus diretamente no gabinete de um ministro do Supremo Tribunal Federal para burlar o sorteio eletrônico do STF. Depois disso, a Polícia Federal teria aberto uma investigação para servir de base à concessão desse HC de acordo com o senador.

“Nós tivemos uma eloquente utilização da instituição da Polícia Federal, porque, não sendo investigado nesta Comissão, o Sr. Maximiano teve contra si aberta uma investigação na Polícia Federal, e essa investigação serviu de base para a concessão do habeas corpus pela ministra Rosa Weber, numa burla”, disse Renan.

A afirmação foi feita logo após Luiz Domingueti, que diz representar a empresa Davati em negociações no Brasil, exibir um áudio à CPI em que o deputado Luis Miranda (DEM-DF), supostamente, procurava a firma para tratar da compra de vacinas. Senadores da oposição levantaram suspeitas sobre o áudio no qual o deputado não menciona a palavra “vacina”.

“Nós acabamos de interrogar um depoente que, surpreendentemente, traz um vídeo...Um áudio, contando ou historiando ou narrando algumas mazelas que, porventura, poderiam envolver o deputado Luis Miranda que esteve aqui na semana passada. Em nome de quê? Do mesmo propósito que a Polícia Federal abriu a investigação ontem. Em nome do mesmo propósito que o proprietário da Precisa entrou com pedido diretamente no gabinete do Supremo, para burlar o Supremo Tribunal Federal? A CPI não vai

aceitar esse tipo de coisa”, prosseguiu Renan.

A manifestação de Renan gerou discussão na CPI. Líder do governo no Senado, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE) contestou o relator e afirmou que a condição de investigado foi dada pela quebra de sigilo do dono da Precisa. “Não foi a ação da Polícia Federal que transformou ele em investigado. O que transformou o Sr. Maximiano em investigado foi a quebra do sigilo telemático do Sr. Maximiano feita por esta CPI”.

O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), rebateu a versão de Bezerra. “Não é verdade. A Polícia Federal ontem instaurou o inquérito. A quebra de sigilo não se transforma em inquérito”, assinalou Randolfe. Já Marcos Rogério (DEM-RO) disse que Renan estava fazendo uma acusação grave contra a PF. “O relator faz uma acusação gravíssima contra a



Polícia Federal. Vossa excelência está dizendo que a Polícia Federal está sendo usada politicamente”, criticou Marcos Rogério.

O relator respondeu que a Polícia Federal foi “usada” pelo governo. “A acusação é] contra o gov-

erno. [...] Não estou acusando a Polícia Federal, estou dizendo que a Polícia Federal, que é uma instituição responsável, foi usada”, disse Renan ao pedir a apreensão do celular do depoente desta quinta-feira. (Com Agência Senado)

CÂMARA EM CHAMAS

Vereador denunciou colega de plenário ao presidente da República

Teca Nelma pede segurança especial após embate com vereador Fábio Costa

A vereadora Teca Nelma solicitou nesta semana ao presidente da Câmara Municipal garantias para sua integridade física e psicológica, assim como dos demais funcionários de seu gabinete. Entre as garantias está a proibição de armas no recinto da Câmara. O pedido foi feito após o vereador delegado Fábio Costa divulgar em suas redes sociais que encaminhara ofício ao presidente da República, pedindo condenação para a vereadora Teca Nelma, com base da velha Lei de Segurança Nacional, além de punição pela Comissão de Ética da Câmara de Maceió.

Ele acusa a vereadora de ter votado contra a aprovação de uma homenagem ao presidente Jair Bolsonaro, qualificando-o de genocida. No ofício 134/2001, dirigido ao Presidente da República, o vereador delegado Fábio Costa denuncia a ve-



readora Teca Nelma de ter usado a tribuna do plenário para “proferir expressões injuriosas e caluniosas ao chamá-lo de GENOCIDA (sic) por mais de uma vez”. Acrescenta que “por se tratar de crime contra a honra, passível de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça” ele “vem à presença de Vossa Excelência dar conheci-

mento sobre os fatos apresentados para que caso entenda necessário apresente Queixa-Crime” contra a vereadora.

Teca afirma em ofício ao presidente da Câmara que após ser “ameaçada em plenário”, com denúncias à Comissão de Ética desta Casa, além de pedido punição à Presidência da República e da Advoca-

cia Geral da União” pelo vereador delegado Fábio Costa, passou a ter “como mulher e cidadã, vários temores. Isso porque, desde o início desta Legislatura, venho sendo tratada pelo mesmo vereador, com agressões verbais e clara animosidade persecutória”.

A vereadora Teca Nelma solicita que seja proibido o porte de armas no interior da Câmara Municipal, tanto dos vereadores como visitantes e servidores, com exceção apenas dos Guardas Municipais em serviço. Solicita ainda que transfira o gabinete do vereador Fábio Costa para outro local (atualmente ele é vizinho de porta). Como forma de se resguardar, a vereadora pede ainda ao presidente que sejam disponibilizadas as gravações de som e imagem da sessão completa da quarta-feira (dia 23), sem qualquer corte ou edi-



ção. Assim como que conste na ata oficial a transcrição das falas de todos os vereadores e vereadoras. “Não abro mão das garantias constitucionais, nem do meu direito à livre expressão. Ninguém vai me censurar. Minhas divergências com o vereador delegado são profundas. Continuo a defender a vida, a paz e a democracia”, afirma Teca.

BOLSONARO NA BERLINDA

Denúncia contra Bolsonaro foi protocolada no STF por senadores

Ministra rejeita pedido da PGR para sustar notícia-crime até fim da CPI

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a tramitação da notícia-crime contra o presidente Jair Bolsonaro por suposta prevaricação até o fim dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Em despacho publicado no fim da noite desta quinta-feira, 1, a magistrada determinou a "reabertura de vista dos autos" - ou seja, a análise do processo por parte do Ministério Público.



Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF)

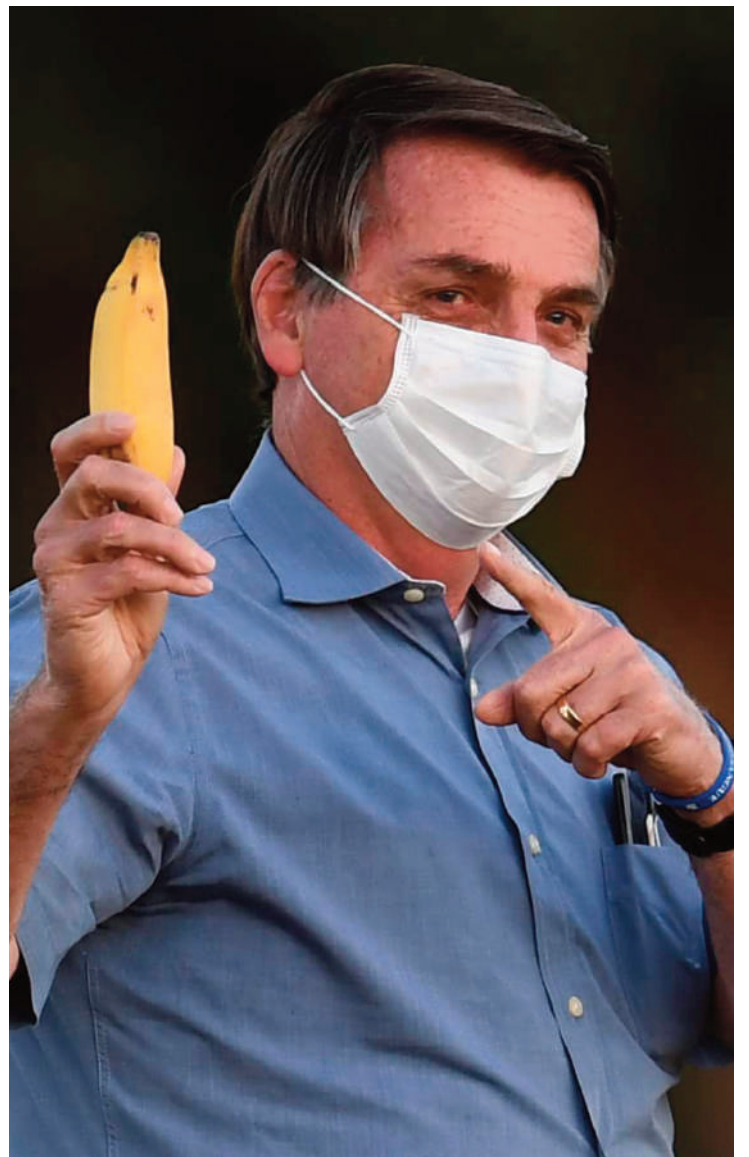
Na decisão, Rosa Weber defende que a PGR "desincumbiu-se de seu papel constitucional" ao pleitear o adiamento da decisão sobre autorizar a abertura de investigação contra Bolsonaro ou não. "A instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito não inviabiliza a apuração simultânea dos mesmos fatos por outros atores", entendeu a ministra. "No desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República", acrescentou.

A notícia-crime contra Bolsonaro foi protocolada no STF pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fabiano Conratarato (Rede-ES) e Jorge Kajuru (Podemos-GO), na última segunda-feira. Os parlamentares argumentam que o chefe do Planalto cometeu crime de prevaricação ao não determinar a abertura de investigação sobre a compra da Covaxin, vacina indiana contra a covid-19, após receber uma denúncia de supostas ilegali-

dades nessa aquisição por parte do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luis Roberto Miranda, servidor de carreira no Ministério da Saúde. Como mostrou o Estadão/Broadcast Político, o contrato de compra do imunizante foi fechado a um valor 1.000% maior do que o informado pela própria fabricante seis meses antes.

Rosa Weber foi sorteada relatora do caso na Suprema Corte e encaminhou o pedido de abertura de inquérito à cúpula do Ministério Público no mesmo dia, como é de praxe.

Agora, a notícia-crime está nas mãos do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, uma das opções de Bolsonaro para assumir a vaga de Marco Aurélio Mello no STF. O favorito para o posto é o Advogado-Geral da União (AGU), André Mendonça, que tem o perfil "terrivelmente evangélico" buscado pelo presidente. Ele tem enfrentado dificuldades, contudo, para angariar apoio no Senado, responsável por aprovar a indicação.



PERDEU!

Arthur Lira fracassa e STF mantém a outorga do saneamento com o Estado

Fracassou, nesta quinta-feira (1), a ofensiva do partido Progressistas (PP) nacional contra a outorga do saneamento em Alagoas. Por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, o Estado de Alagoas continua sendo o detentor, por direito, dos recursos provenientes da outorga dos serviços de água e esgotamento na Região Metropolitana de Maceió. A tentativa encabeçada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, por meio de seu partido, visava deslocar os recursos do Estado para as prefeituras da região.

Caso tivesse êxito, o movi-

mento do deputado federal Arthur Lira beneficiaria diretamente seu pai, Benedito de Lira, que é prefeito da cidade da Barra de São Miguel - um dos 13 municípios que serão atendidos pela nova concessionária, a multinacional BRK Ambiental. A mudança também beneficiaria grandes aliados políticos dos Lira, como Gilberto Gonçalves, prefeito de Rio Largo.

A ação do PP, de forma contraditória, buscava modificar as regras que o próprio Arthur Lira havia apoiado quando da aprovação do novo marco legal do saneamento no Congresso Nacional, há um ano.



Partido do presidente da Câmara tentava deslocar recursos do Estado para os municípios

CAOS EM BRASÍLIA

Presidente da Câmara defendeu investigação do relator Renan Calheiros

Arthur Lira chama CPI da Covid de imparcial e revolta bolsonaristas

Ao sair do Plenário na noite de quarta-feira, 30, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), comentou o chamado "superpedido" de impeachment apresentado nesta tarde por parlamentares diversos partidos e por movimentos sociais. As declarações, apesar de serem positivas ao presidente Jair Bolsonaro, desagradou parte do eleitorado.

"Impeachment como ação política a gente não faz com discurso, a gente faz com materialidade, que por enquanto ainda não se comprovou", disse. Questionado sobre a análise do pedido, Lira teceu elogios à CPI: "Vamos esperar a CPI, que está fazendo um belíssimo trabalho, bem imparcial." Ele lembrou que há "120 pedidos na fila", apresentados antes deste.

Cabe ao presidente da Câmara decidir se aceita ou não o pedido de impeachment, e cabe ao Plenário da Casa a decisão sobre a abertura ou não do processo, que é conduzido pelo Senado.



O superpedido de impeachment, como vem sendo chamado, cita os depoimentos dos irmãos Miranda e solicita investigação sobre as suspeitas. "Impeachment não se faz em cima de depoimento. Está aí a confusão. Um dá um depoimento

de um jeito, ou outro dá um depoimento de outro. Um dia tem uma situação, no outro dia a situação se reverte", disse Lira. "Então a CPI que está instalada vai ter o seu fluxo normal. Se tiver o número de assinaturas de senadores, será prorrogada,

enfim, vai seguir o seu curso. E aqui nós vamos esperar", disse o presidente da Câmara.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) reagiu com risadas ao "superpedido" de impeachment apresentado contra ele por parla-

mentares e entidades da sociedade civil. Bolsonaro classificou os signatários como "pessoas que não têm o que fazer", mas acrescentou que a "maioria" do Parlamento não é assim e está, na verdade, "sintonizada" com seu governo.

"Esses dois que assinaram... Gastaram tinta da caneta, né? Assinaram o 'superimpeachment'. Eu estou dando risada desses dois otários. 'Superimpeachment'! Faltou vocês me trazerem aqui as acusações: genocida, não usa máscara, fez motociata... São pessoas que não têm o que fazer", afirmou o presidente durante sua live semanal.

Antes, Bolsonaro falava do PSL, seu antigo partido, dando a entender que "esses dois" a quem chamou de "otários" são filiados à legenda. O presidente não citou nomes, mas sua declaração pode ter sido direcionada aos deputados federais Alexandre Frota (PSDB-SP), ex-PSL, e Joice Hasselmann (PSL-SP), signatários do "superpedido" de impeachment.

CPI DA COVID

Para ele, relatórios mostrarão fatos graves cometidos pelo governo de Bolsonaro

'Collor renunciou e Dilma foi cassada por muito menos', diz Otto Alencar

O senador Otto Alencar (PSD-BA) declarou nesta semana que o avanço das investigações da CPI da Covid tem evidenciado uma conduta do Governo Federal na pandemia do novo coronavírus que pode levar a um processo de impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Para ele, os relatórios que estão sendo preparados pela CPI demonstrarão fatos que, em sua opinião, são mais graves dos que motivaram os processos de impeachment contra Fernando Collor e Dilma Rousseff.

"Por muito menos que isso, Collor renunciou e Dilma foi cassada. Acho que na Câmara já tem vários pedidos de impeachment

que sequer foram apreciados. Cabe à Câmara dar prosseguimento", disse. Como citado por Otto Alencar, Collor chegou a renunciar ao cargo em 1992, quando já estava afastado em meio ao processo de impeachment, para tentar manter os direitos políticos, mas perdeu seu mandato ao final do processo e foi declarado inelegível a cargos políticos por oito anos.

Ele era acusado de corrupção passiva em um esquema coordenado por seu tesoureiro de campanha Paulo César Farias. Já Dilma Rousseff, diferentemente de Collor, não renunciou e perdeu o mandato oficialmente ao final do processo de impeachment, em 2016. Ela foi condenada por crime

de responsabilidade fiscal, mas manteve os direitos políticos. Segundo Otto Alencar, as suspeitas de irregularidades na compra da vacina Covaxin podem complicar o presidente caso ele não tenha tomado as providências para averiguação do relatado pelo deputado federal Luís Miranda. Depois de colher todos os elementos, não tenho dúvida que vai ficar configurado a culpabilidade do presidente não ter tomado as providências necessárias para inibir essa compra que seria uma sangria para os cofres", disse.

Porém, segundo Otto Alencar, o relatório parcial que será apresentado por Renan Calheiros (MDB-AL) já contém

elementos que complicam o Governo Federal em relação à conduta da pandemia. "O relatório do senador será apreciado. Nós já temos os crimes sanitários contra o povo brasileiro, a humanidade. O mais grave deles é a iniciativa do gabinete das sombras ter induzido a população do Amazonas à imunidade de rebanho", disse. "Elementos de provas chegarão e vamos encaminhar para a Câmara. Agora cabe à Câmara admitir ou não a possibilidade de impeachment. Além disso, vamos encaminhar para o Supremo e Corte de Haia, sobretudo a questão do crime contra a humanidade que atingiu o povo indígena", completou. (Com UOL)



Segundo Otto Alencar, o relatório parcial que será apresentado por Renan Calheiros (MDB-AL) já contém elementos que complicam o Governo Federal em relação à conduta da pandemia